

## **Palmeira de Goiás**

### **Goiás - GO**

#### **Histórico**

Sua formação se deve às famílias Esteves Rodrigues, Martins, Rodrigues dos Santos, Goulart de Andrade e outras, oriundas do Estado de Minas Gerais que, ao se apossarem de grandes quantidades de terras ao sul do Estado de Goiás, deram início às primeiras fazendas da região.

A família Esteves Rodrigues muito religiosa, resolveu doar a São Sebastião uma gleba de terras para a formação do povoado que receberia o nome do Santo. Ocorre que houve uma permuta destas terras com outras, distante daquele local 10 léguas, oferecidas pela família Martins. Após examinarem o local, através de uma comissão composta por 3 fazendeiros de confiança da família Rodrigues, ali encontraram um homem de nacionalidade alemã, chamado Jonas, que residia naquele lugar há vários anos e explorava ouro no leito do córrego (posteriormente recebeu o nome de córrego Alemão). O senhor Jonas contribuiu sobremaneira, em termos de informação sobre a região, orientando e facilitando o trabalho da comissão que logo concluiu ser o local apropriado para o povoado, dando assim um parecer favorável à permuta.

Meses depois, deram início à construção da capela, surgindo ranchos e casas à medida que novas famílias iam chegando. O povoado recebeu o nome de Alemão. Com o deslocamento de várias famílias oriundas de Minas Gerais, Bahia e outros Estados, o povoado crescia dia após dia.

No início, teve participação decisiva para o desenvolvimento da povoação, o senhor Felipe Almeida e Silva, que era uma espécie de prefeito.

Em 1850, chegava no povoado Tobias Monteiro e sua família, vindos da Bahia, que dedicou todo o seu tempo em prol do crescimento do lugarejo, cabendo a ele mandar iluminar as ruas da povoação, por meio de lampiões de querosene. Devendo-se também ao senhor Tobias a elevação do povoado de São Sebastião do Alemão à Freguesia em 9 de novembro de 1857, pela Resolução nº 8.

#### **Gentílico: palmerense**

#### **Formação Administrativa**

Freguesia criado com a denominação de São Sebastião do Alemão, pela lei ou resolução provincial nº 8, de 09-11-1857, no município de Goiás.

Elevado à categoria de vila com a denominação de São Sebastião do Alemão, pela lei provincial nº 814, de 19-12-1887, desmembrado de Goiás. Sede na povoação de São Sebastião do Alemão. Instalado em 07-02-1892.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Alemão, pela lei estadual nº 260, de 06-07-1905.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município se denomina Alemão e aparece constituído de 2 distritos: Alemão e São José do Turvo.

Pela lei estadual nº 540, de 14-06-1917, o município de Alemão passou a denominar-se Palmeiras.

Nos quadros de apuração do recenseamento geral de I-IX-1920, o município já denominado Palmeira é constituído de 2 distritos: Palmeiras ex-Alemão e São José do Turvo. Elevado à categoria de município com a denominação de Paraúna.

Pela lei estadual nº 903, de 07-07-1930, desmembra do município de Palmeiras o distrito de São José do Turvo. Elevado à categoria de município com a denominação de Paraúna.

Pelo decreto estadual nº 412, de 23-12-1930, Palmeiras adquiriu o território do extinto município de Paraúna, como simples distrito.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município aparece constituído de 3 distritos: Palmeiras, Santo Antônio do Alegrete e Paraúna.

Pelo decreto 5108, de 10-11-1934, desmembra do município o município de Palmeiras o distrito de Paraúna. Elevado novamente à categoria de município.

Pelo decreto 113, de 04-01-1935 é criado o distrito de Água Limpa e anexado ao município de Palmeiras.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município é constituído de 3 distritos: Palmeiras, Água Limpa e Alegrete ex-Santo Antônio do Alegrete. Não figurando o distrito de Santo Antônio do Turvo.

Pelo decreto-lei estadual nº 8305, de 31-12-1943, o município de Palmeiras passou a denominar-se Mataúna. E, ainda, sob o mesmo decreto, o distrito de Água Limpa passou a denominar-se Jandaia e Alegrete a denominar-se Edéia.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944-948, o município é constituído de 3 distritos: Mataúna, Edéia ex-Alegrete e Jandaia ex-Água Limpa.

Pelo Artigo 65, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 20-VII-1947 do Estado de Goiás, o município de Mataúna passou a denominar-se Palmeiras de Goiás.

Pela lei estadual nº 155, de 08-10-1948, desmembra do município de Palmeira de Goiás o distrito de Edéia. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial vigente em 1-VII-1950, o município é constituído de 2 distritos: Palmeiras de Goiás e Jandaia.

Pela lei municipal nº 84, de 07-07-1953 é criado o distrito de Palminópolis e anexado ao município de Palmeiras de Goiás.

Pela lei estadual nº 791, de 05-10-1953, desmembra do município de Palmeiras de Goiás o distrito de Jandaia. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 2 distritos: Palmeira de Goiás e Palminópolis.

Pela lei estadual nº 3476, de 02-08-1961, desmembra do município de Palmeiras de Goiás o distrito de Palminópolis. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído do distrito Sede.

Pela lei estadual nº 8105, de 14-05-1976 é criado o distrito de Cezarina e anexado ao município de Palmeira de Goiás.

Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído de 2 distritos: Palmeiras de Goiás e Cezarina.

Pela lei estadual nº 10413, de 01-01-1988, desmembra do município de Palmeiras de Goiás o distrito de Cezarina. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1996, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

### **Alterações toponímicas municipais**

São Sebastião do Alemão para Alemão alterado, em 1911.

Alemão para Palmeiras alterado, pela lei estadual nº 540 de 14-06-1917.

Palmeiras para Mataúna alterado, pelo decreto-lei estadual nº 8305, de 31-12-1943.

Mataúna para Palmeiras de Goiás alterado, pelo Artigo 65 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 20-VII-1947.